

William Waack

Sendo ao mesmo tempo presidente do Barclays Bank e do "Royal Shakespeare Theatre", talvez isto explique a mãozinha engraçada com a qual John Quinton encara os pequenos infortúnios da vida. O banqueiro inglês desembarcou sem nada ao chegar para uma visita ao Rio, no começo da semana. "Veja só. Nós, os banqueiros, estamos reduzidos a apenas uma camisa", observou, "mas eu pensei que esta era a situação dos brasileiros".

Pouco antes da decisiva rodada de negociações entre autoridades brasileiras e os bancos credores privados, a 19 de outubro, a hora é boa para recapitular quem despiu o quê. Poucas vezes as divergências de interpretação sobre a posição internacional do Brasil (naquilo que se refere à dívida) têm sido tão divergentes.

O governo brasileiro acha que o recente encontro com credores, durante as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, em Washington, foram positivas e trouxeram até um gostinho de vitória. O secretário do Tesouro americano, James Baker, teria até recomendado aos bancos que estudem as propostas brasileiras, e pelo menos uma delas, a da conversão de dívida velha em títulos, é pouco ortodoxa.

Mais ainda: tanto o ministro Bresser Pereira quanto alguns de seus principais assessores estão fortemente convencidos de que a aceitação dos princípios gerais expostos pela delegação brasileira (compartilhar responsabilidades, atrasar a ida ao Fundo, oferecer um amplo cardápio de possibilidade de financiamento) foi grande inclusive entre os ministros dos países industrializados. Como se recorda, no entanto, esses países, reunidos no Clube de Paris, continuam mostrando posições bastante inflexíveis em relação ao Brasil.

Para explicar as razões do tão espreaido pessimismo entre jornalistas, políticos e empresários, quanto às possibilidades de o Brasil impor seus termos na negociação da dívida, tanto Bresser quanto seus ajudantes têm queixas generalizadas em relação à imprensa. Ela simplesmente não estaria dando consideração à situação internacional.

Contrasta com esta exposição a maneira marcadamente negativa com a qual banqueiros e investidores estrangeiros estão analisando a rodada gigante de encontros em Washington. Gente como o banqueiro descamisado John Quinton não teme dizer em público que os resultados foram "inócuos" — embora, a bem da verdade, o presidente do Barclays não estivesse se referindo diretamente ao nosso caso.

Os principais bancos credores ainda não se dignaram a oferecer uma contraproposta ao pontapé inicial brasileiro, que eles consideraram muito mais como pontapé do que como ritual. Faz parte desse jogo bruto, convém lembrar, mas é importante igualmente manter em mente que tanto bancos como instituições multinacionais (FMI e BIRD) não parecem nem um pouco dispostas a ajudar-se mutuamente, neste momento. Isto é especialmente negativo para o Brasil, que espera pelo menos do Banco Mundial, com uma pequena ajuda de instâncias políticas americanas, um empurrão para negociar melhor com os bancos.

Embora o ministro Bresser aparentemente tivesse deixado

muito boa impressão em pelo menos uma redação de jornal americano que visitou — a do *Wall Street Journal* —, o mesmo não se pode dizer quanto a banqueiros e políticos. É unânime a opinião, não só entre estrangeiros, de que a credibilidade do Brasil e de suas autoridades chegou ao ponto mais baixo de que se tem notícia desde o início da crise do endividamento, e possivelmente desde a 2ª Guerra Mundial.

Alguns experimentados diplomatas consideram particularmente grave a "ofensa" que o Brasil teria cometido contra os banqueiros japoneses, justo aqueles dos quais se espera compreensão, apoio político e, é claro, mais dinheiro. A data-limite para que os bancos japoneses declarassem como prejuízo alguns créditos brasileiros passou, na última semana, em brancas nuvens. Ocorrendo o mesmo com os americanos, a 26 de outubro, é provável que o Brasil seja considerado, internacionalmente, um país de terceira categoria, com sérias consequências políticas e psicológicas.

Embora o momento não seja apropriado para filosofar, alguns observadores da cena brasileira preferem buscar explicações, estabelecendo questões mais amplas, já que nem sempre são capazes de identificar grande racionalidade no comportamento cotidiano de algumas autoridades, principalmente as altas. Não seria a indecisão brasileira quanto à maneira de negociar sua dívida a expressão de um sentimento muito mais profundo, o de sentir-se parte ou não da internacionalização da economia mundial?

Qualquer que seja a resposta, há um notável consenso entre credores internacionais e negociadores brasileiros. Ambas as partes acham que há definições importantes em jogo no processo de transição democrático brasileiro. Em especial, as funções do Estado como regulador ou agente econômico onipresente, e qual a identidade que os brasileiros buscam ao pensar seu papel no sistema das relações internacionais. Pelo menos o último aspecto tem sido consideravelmente esotérico para os constituintes.

O problema é que a paciência de qualquer um tem severos limites, e alguns dos principais investidores internacionais começam a considerar o Brasil um caso a ser reconsiderado quando alguns dados e interpretações começarem a fornecer sentidos mais coerentes. "O meu sincero temor", diz o chefe de representação diplomática de importante país europeu, prestes a mudar de missão, "é que o Brasil acabe sendo simplesmente ignorado. Já está sendo deixado de lado, e esse processo é longo, não vai parar de um dia para o outro".

Colocados num turbilhão de números, declarações, pressões políticas e diante de uma decisão difícil — efetuar ou não o pagamento simbólico de juros antes do dia 26 —, os negociadores brasileiros obviamente não estão com a cabeça livre para amplas considerações genéricas. Eles poderão considerar-se excepcionalmente felizes se conseguirem um acordo interino com credores que adie para os próximos seis meses qualquer discussão mais profunda sobre a pesada dívida externa brasileira.

Diante da tática de espera dos credores e de sua inflexibilidade, mesmo para atingir um objetivo aparentemente tão modesto, de curto prazo, os negociadores brasileiros terão de suar bastante a camisa — ainda que seja a única que têm.